

“CAMINHANDO CONTRA O VENTO”: EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-108>

Data de submissão: 11/01/2025

Data de publicação: 11/02/2025

Eliany Nazaré Oliveira
Doutora em Enfermagem
Universidade Estadual Vale do Acaraú
E-mail: elianyy@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6408-7243>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9795597292263465>

Paulo Jorge de Almeida Pereira
Doutor em Química
Universidade Católica Portuguesa
E-mail: ppereira@ucp.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3941-8274>

Paulo Cesar de Almeida
Doutor em Saúde Pública
Universidade Estadual do Ceará
E-mail: pc2015almeida@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2867-802X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0684792466689450>

Maria Socorro Carneiro Linhares
Doutora em Saúde Pública
Universidade Estadual Vale do Acaraú
E-mail: socorrocarmeiro1@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9292-1795>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0027453519508876>

Flávia Regino Oliveira
Estudante do Curso de Enfermagem
Universidade Estadual Vale do Acaraú
E-mail: flavia.reginao@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8225-4757>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5102027837050673>

Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Doutora em Enfermagem
Universidade Estadual Vale do Acaraú
E-mail: miosawa@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1937-8850>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5537817532828798>

Joyce Mazza Nunes Aragão

Doutora em Enfermagem

Universidade Estadual Vale do Acaraú

E-mail: joyce_mazza@uvanet.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2865-579X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1577484183747398>

Pollyanna Martins

Doutora em Odontologia

Faculdade Luciana Feijão

E-mail: pollysobral@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5885-1949>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9874360577212030>

Marcos Pires Campos

Enfermeiro

Universidade Federal do Ceará

E-mail: e14.marcos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9656-9140>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4306778693630024>

RESUMO

Objetivou-se avaliar as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários, tendo como parâmetro as faixas etárias destes. Trata-se de estudo exploratório, descritivo e transversal, com amostra de 751 participantes. Os estudantes foram majoritariamente do sexo feminino, 52,5%; com idade média de 22,8 anos; sendo de raça predominantemente parda, com 58,5%; com a situação civil predominante de solteiros, com 88,7%; a renda familiar de um a dois salários, representando 36,9%. Os com faixa etária entre 18 e 19 anos foram os que mais aceitaram o tratamento injusto em relação à discriminação racial como algo que faz parte da vida (32,1%) e os integrantes da faixa etária entre 22 ou 23 anos foram os que mais tentaram fazer alguma coisa em relação a esse tratamento injusto (79,8%). Os na faixa etária de mais de 30 anos relataram que sofreram a experiência de discriminação por causa da raça, etnia ou cor (50%) e os que mais se preocuparam no último ano com as experiências de tratamento injusto por causa da raça ou cor de pele corresponderam a 66,7%, tendo como faixa etária que mais prestou queixa policial por causa da discriminação racial a de 18 ou 19 anos (2,4%). Desta maneira, a discriminação racial é um fenômeno que afeta os estudantes universitários, logo, precisa ser mais debatido.

Palavras-chave: Racismo. Universidades. Estudantes. Discriminação racial.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os debates sobre as questões raciais vêm crescendo cada vez mais, sendo assunto de extrema necessidade e importância a ser discutido. Desta forma, é imprescindível saber diferenciar os termos em relação a essa temática. De acordo com Silvio Almeida, no livro intitulado “Racismo Estrutural”, publicado em 2019, há diferenças de termos como racismo, preconceito e discriminação (Almeida, 2019).

Assim, com base no livro, os significados de racismo, preconceito e discriminação são distintos, sendo racismo um sistema de discriminação estruturado que tem a raça como a base, que se revela por ações conscientes ou inconscientes que resultam em vantagens ou desvantagens para pessoas, dependendo do grupo racial ao qual pertençam. Já o preconceito racial se refere a um julgamento fundamentado em estereótipos sobre pessoas associadas a um grupo racial específico, podendo ou não gerar comportamentos discriminatórios, como afirmar que todos os negros são preguiçosos ou os árabes são terroristas (Almeida, 2019).

Por fim, o conceito de discriminação racial, que é quando as pessoas são tratadas de maneira desigual, com base na identificação racial, recebendo tratamentos distintos e muitas vezes injustos (Almeida, 2019). A discriminação racial é uma das formas mais nefastas de violação dos direitos humanos e triste realidade em muitas sociedades ao redor do mundo. Ela se manifesta de várias maneiras, desde preconceitos sutis até manifestações explícitas de ódio e violência.

A discriminação racial pode ocorrer em quaisquer ambientes, seja em casa, na comunidade, no trabalho, na escola e, até mesmo, na universidade. As primeiras universidades no Brasil surgiram na época do Brasil Colonial, sendo lideradas por religiosos, os jesuítas, que ofereciam cursos de filosofia e teologia, que estavam subordinados aos interesses e à direção da metrópole. Nesse contexto, com a escravidão, o acesso dos negros à educação e, consequentemente, ao ensino superior era precário, quando não, inexistente (Valério *et al.*, 2021).

Em meados dos anos 2000, o Brasil adotou a política de ação afirmativa, que foi inicialmente desenvolvida nos Estados Unidos, na década de 1960. Essa política tem como objetivo reduzir e mitigar as disparidades sociais e econômicas entre pessoas brancas e negras, a efetivação dessa política para pessoas negras foi fortalecida com a promulgação da Lei de Cotas, de número 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012 (Valério *et al.*, 2021).

Embora a mencionada lei represente um passo importante para melhorar o acesso da população negra ao ensino superior, ainda há muito a ser feito para alcançar uma verdadeira igualdade racial no Brasil. Isso se deve, em parte, à implementação tardia de políticas compensatórias (Valério *et al.*, 2021). Assim, hoje em dia, ainda existe desigualdade em relação aos negros conseguirem acessar o

ensino superior, e quando conseguem, as taxas de permanência são baixas, pois os mesmos sofrem tanto com a descrição que acabam por desistir da universidade (Valério *et al.*, 2021).

A entrada na universidade, muitas vezes, pode ser uma fase que provoca certos sentimentos, como medo, preocupação, nervosismo e ansiedade, pois é algo novo e diferente. Além dessa preocupação criada ao se iniciar a vida acadêmica, o estudante tem outras questões tanto sociais como econômicas que podem ser fatores estressores, associado a isso, a questão da desigualdade e da descrição racial são outras fontes adicionais de sofrimento, o que pode comprometer a saúde mental desses universitários, deste modo, é válido afirmar que os estudantes negros nas universidades são considerados grupo vulnerável, no que diz respeito à saúde mental e ao bem-estar (Venâncio, 2023).

Dessa maneira, o objetivo deste estudo é analisar as experiências de descrição racial vivenciadas por estudantes universitários, considerando as particularidades de diferentes faixas etárias e como essas influenciam as respostas e percepções frente aos tratamentos injustos.

2 METODOLOGIA

O artigo trata de recorte do estudo maior intitulado “Descrição racial e saúde mental nas universidades”, que tem caráter exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa. Então, os estudos transversais analisam uma população em determinado momento no tempo, muito utilizados em pesquisas epidemiológicas, pois observam uma população em um ponto específico no tempo, coletando dados sobre variáveis de interesse para entender associações ou padrões em determinada comunidade ou grupo. Ao tratar da área da saúde, eles proporcionam dados sobre a incidência de determinada doença ou fatores de risco, em dado momento (Polit; Beck, 2019).

A pesquisa foi realizada de 23 de setembro de 2023 a 16 de dezembro de 2023. Primeiramente, a coleta de dados aconteceu de maneira virtual, com a divulgação da pesquisa nas redes sociais, como *WhatsApp*, nos grupos das turmas dos alunos, como no *Instagram*, divulgando a pesquisa no *Instagram* do Grupo de Saúde Mental e Cuidado (GESAM), grupo de pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), responsável pela organização da pesquisa.

A pesquisa, ainda na coleta virtual, teve acesso aos *e-mails* dos alunos da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), com o envio do *link* do formulário da pesquisa, fora que a UVA e a UFC também ajudaram com a divulgação da pesquisa pelos sistemas acadêmicos. O formulário foi criado pelo *Google Forms* e era composto pelos seguintes itens: informações sociodemográficas e Escala de Experiências de Descrição.

Somente a partir do dia 28 de novembro de 2023 ao dia 16 de dezembro de 2023 foi iniciada a coleta de dados presencial com os alunos de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Faculdade 5 de Julho (F5) e Faculdade IEducare (FIED).

A Escala de Experiências de Discriminação é um instrumento que tem como intuito avaliar e medir as vivências discriminatórias relacionadas à etnia, à raça ou cor da pele. Foi desenvolvida por Krieger, em 1990, e utilizada no estudo *Coronary Artery Risk Development in Young Adults* (CARDIA). Em 2005, passou por modificações nas perguntas e é a que até hoje é utilizada em estudos. O instrumento é dividido em cinco categorias: resposta a tratamento injusto; discriminação; preocupação; questões globais; e queixa apresentada (Fattore *et al.*, 2016).

A análise estatística foi construída com aplicação do teste Qui Quadrado, aplicado em algumas dimensões da Escala de Experiência de Discriminação, como: Resposta ao tratamento injusto; Experiência de discriminação racial; Preocupações e Apresentação de queixa, relacionando estas com a faixa etária dos estudantes.

Dessa forma, o estudo conseguiu reunir amostra de 751 estudantes que completaram o questionário ao longo de um intervalo de três meses. O tempo das entrevistas oscilou entre 15 e 20 minutos, englobando tanto a apresentação dos propósitos da pesquisa quanto a leitura e compreensão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Esta pesquisa seguiu as normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que declara que as pesquisas realizadas com seres humanos devem considerar o ponto de vista tanto do indivíduo quanto das comunidades, princípios da bioética, como autonomia, não prejudicar, fazer o bem, justiça e igualdade, entre outros, com objetivo de garantir os direitos e as responsabilidades dos envolvidos na pesquisa, além de que é obrigatório o esclarecimento para todos os participantes de como a pesquisa irá ser realizada (Brasil, 2013).

Nesse contexto, esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), conforme parecer nº 6.279.258.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: apresentação dos dados sociodemográficos de estudantes universitários.

Variáveis		N	%
1 Gênero	Feminino	394	52,5
	Masculino	350	46,6
	Não binário	4	,5
	Prefiro não me identificar	3	,4
2 Idade	18 ou 19	165	22,0
M=22,8 DP=5,02	20 ou 21	188	25,1
Min=18 Max=64	22 ou 23	183	24,4

(2 valores omissos)	24 ou 25	94	12,6
	26 a 30	71	9,5
	Mais de 30	48	6,4
3 Raça	Parda	439	58,5
	Preta	93	12,4
	Branca	209	27,8
	Amarela	10	1,3
4 Situação civil	Solteiro	666	88,7
	Casado	48	6,4
	União estável	35	4,7
	Viúvo	2	,3
6 Renda Familiar	menos de um salário-mínimo	168	22,4
	meio a um salário-mínimo	146	19,4
	de 1 a 2 salários-mínimos	277	36,9
	de 2 a 5 salários-mínimos	120	16,0
	mais de 5 salários-mínimos	40	5,3
7 Qual a sua religião?	Católica	446	59,4
	Evangélica	88	11,7
	Espírita	10	1,3
	Umbanda	10	1,3
	Candomblé	1	,1
	Ateu	37	4,9
	Não tenho religião	135	18,0
	Outras Religiões	24	3,2
	Total	751	100,0

A Tabela 1 expõe sobre os dados sociodemográficos dos universitários que participaram da pesquisa. Assim, a maioria dos estudantes que participaram era do sexo feminino, representando o total de 52,5% (394), com base na faixa etária, ela foi classificada em seis grupos: 18–19 anos, 20–21 anos, 22–23 anos, 24–25 anos, 26–30 anos e mais de 30 anos. Essa categorização foi adotada para permitir uma análise detalhada das possíveis diferenças entre os grupos etários em relação às experiências de discriminação racial. Essa classificação foi baseada na distribuição da amostra e nos critérios de idade frequentemente utilizados em estudos sobre populações universitárias.

A tabela descreve ainda que mais da metade dos estudantes, 58,5% (439), identificaram-se como da raça pardo e somente 12,4% (93) como pretos. E tem-se o resultado acerca da situação civil dos estudantes e 88,7% (666) dos universitários eram solteiros. A respeito da renda familiar, a predominante foi a de um a dois salários-mínimos, sendo o equivalente a 36,9% (277) dos estudantes, dado que merece atenção em relação à renda familiar é que 22,4% (168) dos alunos tinha renda de menos de um salário-mínimo. Por fim, a tabela traz que 59,4% (446) dos estudantes eram da religião católica e que 18% (135) não tinham religião.

Isso ocorre pelo simples fato histórico do racismo enraizado na sociedade, na qual a participação de pretos e pardos sempre aconteceu de maneira mais lenta e tardia. Até antes de 2012, às pessoas entravam na universidade pelo desempenho nas provas de vestibular, e, ao considerar que

sempre existiu desigualdade no Brasil, inclusive no âmbito da educação, ou seja, quando mais condições financeiras uma família tinha, melhor iria ser a educação dos filhos, facilitando a entrada na faculdade, independentemente de ser pública ou privada (Mendes Junior; Waltenberg, 2022).

Mas, com o passar dos anos, foi perceptível o aumento de pretos e pardos nas universidades, depois da criação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, a qual tem como objetivo reduzir os níveis de desigualdade no âmbito acadêmico, reservando quantidade de vagas do vestibular para pessoas pretas e pardas. Apesar da criação dessa lei e das ações afirmativas, por mais que a participação de negros e pardos tenham aumentado, ainda é notória a discrepância de estudantes brancos na universidade para pretos e pardos (Mendes Junior; Waltenberg, 2022).

Em relação à faixa etária, tem-se um estudo desenvolvido por Oliveira *et al.* (2024), na qual apresentou resultados parecidos para uma pesquisa com estudantes universitários, sendo eles, a maior parte dos alunos se encontrava entre 18 e 21 anos com 47,1%, 25,1% estavam na faixa etária de 20 a 21 anos. Além disso, 24,4% dos entrevistados tinham entre 22 e 23 anos, e 12,6% entre 24 e 25 anos; 9,5% na faixa de 26 a 30 anos; e 6,4% com mais de 30 anos.

Ainda neste mesmo estudo ficou evidenciado que esta distribuição de idades diferentes na amostra indica uma variedade de vivências e pontos de vista que podem moldar as percepções e experiências relacionadas à discriminação racial e sua conexão com a saúde mental no contexto acadêmico Oliveira *et al.* (2024).

Tabela 2: apresentação das respostas ao tratamento injusto entre os estudantes universitários.

Resposta a tratamento injusto	18 ou 19 (N=165)		20 ou 21 (N=188)		22 ou 23 (N=183)		24 ou 25 (N=94)		26 a 30 (N=71)		Mais de 30 (N=48)		χ^2	p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
I) Se você sente que está sendo tratado injustamente, você, geralmente:													14,499	* 0,013
a) Aceita isto como um fato da vida	53	32,1	55	29,3	37	20,2	20	21,3	11	15,5	8	16,7		
b) Tenta fazer alguma coisa contra isto	112	67,9	133	70,7	146	79,8	74	78,7	60	84,5	40	83,3		
II) Se você está sendo tratado injustamente, você, geralmente:													5,562	0,351
a) Fala com outras pessoas sobre isto	121	73,3	139	73,9	151	82,5	74	78,7	55	77,5	37	77,1		
b) Guarda isto consigo mesmo	44	26,7	49	26,1	32	17,5	20	21,3	16	22,5	11	22,9		

* p<0,05

** p<0,01

*** p<0,001

A Tabela 2 apresenta a análise da resposta ao tratamento injusto entre os universitários, com base na aplicação do teste Qui-Quadrado. Os dados estão divididos em grupos de idades: 18 ou 19, 20

ou 21, 22 ou 23, 24 ou 25, 26 a 30 e mais de 30 e, para cada grupo, registraram-se as respostas das perguntas I e II.

A pergunta I, que aborda sobre como o estudante reage quando sente que está sendo tratado injustamente, se ele aceita isso como fato da vida ou se ele tentar fazer alguma coisa em relação a isso, mostra que a maioria dos estudantes que aceitava o tratamento injusto como um fato da vida, eram os que estavam na faixa etária entre 20 e 21 anos, representando 29,3% (55). E a faixa etária que mais tentou fazer alguma coisa contra esse tratamento injusto esteve entre 26 e 30 anos, representando 84,5% (60). Entretanto, há diferenças significativas entre os grupos etários, conforme indicado pelo valor de X^2 (Qui-Quadrado) de 14,499 e um p-valor de 0,013.

A pergunta II está relacionada a como o estudante compartilha quando sente que está sendo tratado injustamente, se ele fala com outras pessoas sobre isso, ou se guarda isto consigo mesmo. A faixa etária que mais apresentou como resposta falar sobre o tratamento injusto com outras pessoas foi a de 22 ou 23 anos, representando 82,5% (151). E para a resposta de que o estudante guarda isso consigo mesmo, a faixa etária mais predominante foi de 26,7% (44). Novamente, há variações significativas entre os grupos de idade, com X^2 de 5,562 e um p-valor de 0,351.

Vale notar que os asteriscos indicam níveis de significância estatística (* $p<0,05$), sugerindo que, para a pergunta I, as diferenças entre os grupos foram estatisticamente significativas, enquanto para a pergunta II, as diferenças não foram tão pronunciadas estatisticamente. Essa análise permite compreender como diferentes faixas etárias de estudantes universitários reagem e compartilham experiências diante de situações de tratamento injusto.

Estudo de 2012, produzido por Schulz e Wienke, evidenciou realidade de injustiça enfrentada pelos negros no Brasil, abrangendo tanto questões socioeconômicas quanto culturais, sendo pertinente examinar as políticas propostas, com intuito de superar ou reduzir essa situação, que são conhecidas como Ações Afirmativas, talvez, hoje em dia, a prática mais conhecida seja a Lei de Cotas (Schulz; Wienke, 2012).

Em outro estudo mais recente realizado por Baumgarten *et al.* (2019), com 15 estudantes universitários, matriculados em nove diferentes cursos de graduação, de ambos os sexos e com idades entre 20 e 42 anos, mostrou que tanto sob a perspectiva daqueles que sofreram discriminação quanto daqueles que testemunharam esses eventos, as vivências de discriminação permearam o dia a dia dos entrevistados em diversos aspectos e situações.

Os estudantes universitários examinados identificaram a presença da discriminação e das consequências como ações injustas e prejudiciais para as vidas daqueles que a sofrem, gerando

emoções negativas tanto para quem vivenciou diretamente essas experiências quanto para quem as testemunhou (Baumgarten *et al.*, 2019).

Outra pesquisa feita com 27 universitários negros, em 2023, por Ancillotti e Silva, que aborda sobre como o racismo sofrido e o tratamento injusto na universidade pode impactar na carreira trabalhista das pessoas negras, mostram dados a qual possibilitam entender que as expressões de racismo observadas pelos estudantes universitários negros por mais que tenham sido sutis em manifestação, impactos são evidentes e altamente prejudiciais para o crescimento acadêmico e futuro profissional desses estudantes (Ancillotti; Silva, 2023).

Em outra pesquisa de campo realizada em 2021, por Valério *et al.* (2021), com estudantes negras da graduação de uma universidade pública de Alagoas, verificou-se que todas as alunas experimentaram ou testemunharam alguma forma de preconceito ou discriminação dentro da universidade, além de enfrentarem sexismo e classismo. Essa situação reafirma os mecanismos que perpetuam a universidade como ambiente branco, racista e elitista. Exige-se, assim, dos estudantes afrodescendentes esforços consideráveis para romperem com a invisibilidade social imposta sobre elas.

Ainda nesse contexto, estudo realizado por Oliveira *et al.* (2022) aborda sobre um padrão contínuo de racismo, persistente no Brasil, o qual alimenta diretamente a geração e a continuidade de discriminações contra a população negra. Esse racismo opera principalmente para desencorajar e calar essas pessoas, criando ambiente de silenciamento para aqueles que denunciam atos racistas, facilitando, assim, a perpetuação dessas ações discriminatórias.

Dessa maneira, isso ressalta que por mais que os estudantes entendam e reconheçam o tratamento injusto e saibam que isso é um ato criminoso, eles não vão discorrer sobre como os estudantes de 20 e 21 anos, que aceitam esse tratamento injusto, como algo que faz parte da vida. Mas, ainda com base no estudo de Oliveira *et al.* (2022), apesar das tentativas de silenciamento e marginalização enfrentadas pela população negra no Brasil, desde os tempos coloniais, houve manifestações, denúncias e resistências contra a opressão que enfrentavam, como evidenciado pelos quilombos.

Atualmente, a comunidade negra brasileira, especialmente os jovens, está construindo outras formas de resistência, além da reivindicação por mais e melhores políticas públicas de ações afirmativas, por meio da expressão artística, movimentos culturais e outras iniciativas, com o propósito de fortalecer a comunidade perante uma sociedade permeada pelo racismo (Valério *et al.*, 2021).

Em um estudo desenvolvido por Strohmeier *et al.* (2024), na qual envolveu 1.251 funcionários constatou que mais de 50% dos indivíduos que responderam à indagação sobre as ações que tomaram após passar por situações de discriminação no trabalho, afirmaram não ter adotado nenhuma medida. As principais justificativas para essa inação foram a falta de confiança nos processos de resolução de conflitos da empresa, o medo de represálias por parte das pessoas envolvidas e a preocupação com possíveis retaliações de outros colegas (Strohmeier *et al.*, 2024).

Tabela 3: apresentação da experiência de discriminação racial por faixa etária em estudantes universitários.

Discriminação	18 ou 19 (N=165)		20 ou 21 (N=188)		22 ou 23 (N=183)		24 ou 25 (N=94)		26 a 30 (N=71)		Mais de 30 (N=48)		χ^2_5	p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
... sofreu a experiência de discriminação, ... por causa da sua raça, etnia ou cor?													23,621	*** 0,000
Não	118	71,5	151	80,3	120	65,6	59	62,8	45	63,4	24	50,0		
Sim	47	28,5	37	19,7	63	34,4	35	37,2	26	36,6	24	50,0		
a) Na escola													20,456	** 0,001
baixa exposição	112	67,9	151	80,3	119	65,0	57	60,6	44	62,0	27	56,3		
alta exposição	53	32,1	37	19,7	64	35,0	37	39,4	27	38,0	21	43,8		
b) Ao procurar emprego													40,947	*** 0,000
baixa exposição	151	91,5	179	95,2	163	89,1	84	89,4	52	73,2	34	70,8		
alta exposição	14	8,5	9	4,8	20	10,9	10	10,6	19	26,8	14	29,2		
c) No trabalho													38,571	*** 0,000
baixa exposição	152	92,1	175	93,1	163	89,1	81	86,2	61	85,9	30	62,5		
alta exposição	13	7,9	13	6,9	20	10,9	13	13,8	10	14,1	18	37,5		
d) Ao comprar uma casa													19,003	** 0,002
baixa exposição	164	99,4	186	98,9	180	98,4	89	94,7	66	93,0	44	91,7		
alta exposição	1	0,6	2	1,1	3	1,6	5	5,3	5	7,0	4	8,3		
e) Procurando cuidados médicos													18,565	** 0,002
baixa exposição	159	96,4	182	96,8	165	90,2	85	90,4	61	85,9	41	85,4		
alta exposição	6	3,6	6	3,2	18	9,8	9	9,6	10	14,1	7	14,6		
f) Solicitando serviço em loja ou restaurante													29,457	*** 0,000
baixa exposição	144	87,3	166	88,3	147	80,3	71	75,5	46	64,8	33	68,8		
alta exposição	21	12,7	22	11,7	36	19,7	23	24,5	25	35,2	15	31,3		
g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário													9,826	0,080
baixa exposição	161	97,6	187	99,5	173	94,5	90	95,7	67	94,4	45	93,8		
alta exposição	4	2,4	1	0,5	10	5,5	4	4,3	4	5,6	3	6,3		
h) Na rua ou em estabelecimento público													29,277	*** 0,000
baixa exposição	133	80,6	165	87,8	130	71,0	69	73,4	44	62,0	32	66,7		
alta exposição	32	19,4	23	12,2	53	29,0	25	26,6	27	38,0	16	33,3		
i) Pela Polícia ou no Fórum													25,735	*** 0,000

baixa exposição	157	95,2	180	95,7	172	94,0	82	87,2	57	80,3	41	85,4		
alta exposição	8	4,8	8	4,3	11	6,0	12	12,8	14	19,7	7	14,6		

* p<0,05

** p<0,01

*** p<0,001

A Tabela 3 apresenta sobre as experiências de discriminação racial em diferentes situações, também com base no teste Qui-Quadrado. Para cada situação de discriminação: na escola, ao procurar emprego, no trabalho, ao comprar uma casa, procurando cuidados médicos, solicitando serviço em loja ou restaurante, ao pedir crédito ou empréstimo bancário, na rua ou em estabelecimento público, e pela polícia ou no fórum, registraram-se as proporções de estudantes que relataram ter sofrido discriminação, divididas entre aqueles com baixa exposição e alta exposição à discriminação.

Primeiramente, antes das situações, tinha uma pergunta sobre se o estudante tinha sofrido alguma experiência de discriminação por causa da raça, etnia ou cor, e faixa etária que mais respondeu sim foi a de mais de 30 anos, representando 50% (24). Ao ponderar as perguntas das situações, no ambiente escolar, a faixa etária que mais apresentou alta exposição de discriminação foi a de mais de 30 anos, com 43,8% (21), e a que mais apresentou baixa exposição foi a de 20 ou 21, com 80,3 (151).

Na situação de procurar um emprego, a idade que mais apresentou alta exposição à discriminação foi a de mais de 30 anos, com 29,2% (14), e que mais apresentou baixa exposição foi a de 20 ou 21 anos, com 95,2% (179). No ambiente do trabalho, a que mais apresentou alta exposição foi a de mais de 30 anos, com 37,5% (18), e a que mais apresentou baixa exposição foi a de 20 ou 21, com 93,1% (175). Na situação de comprar uma casa, quem mais apresentou alta exposição foram os estudantes na idade de 30 ou mais, com 8,3% (4), e os que mais apresentaram baixa exposição foram os de 18 ou 19 anos, com 99,4% (164).

Ao procurar cuidados médicos, os universitários que mais apresentaram altas taxas de exposição à discriminação foram os com mais de 30 anos, com 14,6% (7), e os que mais mostraram baixa exposição foram os de 20 ou 21 anos, com 96,8% (182). Ao solicitar serviço em loja ou restaurante, os que mostraram alta exposição foram os de 26 a 30 anos, com 35,2% (25), e os de baixa exposição foram os de 20 ou 21 anos, com 88,3% (166). Ao pedir crédito ou empréstimo bancário, os que mostram alta exposição foram os de mais de 30 anos, com 6,3% (3), e os de baixa exposição foram os 18 ou 19 anos, com 97,6% (161).

Na rua ou em estabelecimento público, os que mostraram alta exposição tinham entre 26 e 30 anos, com 38% (27), e os de baixa exposição tinham 20 ou 21 anos, com 87,8% (165). E, na última situação, pela polícia ou fórum, os que apresentaram alta exposição eram os de 26 a 30 anos, com 19,7% (14), e os de baixa exposição eram os de 20 ou 21 anos, com 95,7% (180).

Os resultados destacaram diferenças significativas entre as faixas etárias em relação à experiência de discriminação em diversas situações. Por exemplo, para todas as situações listadas, exceto ao pedir crédito ou empréstimo bancário, houve associação estatisticamente significativa entre a exposição à discriminação e a faixa etária dos estudantes, como indicado pelos valores de X^2 e os respectivos p-valores.

Em geral, os dados sugerem que estudantes mais jovens tendem a relatar maior incidência de discriminação, em comparação com os mais velhos, especialmente em situações como procurar emprego, no trabalho e ao solicitar serviços em lojas ou restaurantes. Essa análise fornece percepções importantes sobre como a discriminação racial afeta diferentes grupos de estudantes universitários e destaca a necessidade de políticas e intervenções para lidar com esse problema.

Ainda sobre o estudo realizado por Baumgarten *et al.* (2019), com 15 estudantes universitários, também se revelou que os alunos que enfrentaram situações de discriminação apontaram que as razões por trás delas estavam frequentemente ligadas à aparência física e à cor da pele.

Além disso, nos relatos das testemunhas dessas experiências, as discriminações foram notadas principalmente em relação à cor da pele e às questões relacionadas à sexualidade. Estas vivências não foram atribuídas a uma única causa de discriminação. Pelo contrário, os diversos motivos foram mencionados em conjunto, evidenciando a complexidade desse fenômeno e a possibilidade de as vítimas experimentarem múltiplas formas de discriminação simultaneamente (Baumgarten *et al.*, 2019).

Quanto ao ambiente em que ocorreram as experiências discriminatórias, os alunos identificaram principalmente a escola como o cenário mais frequente. Esses relatos remontam a eventos passados, durante o período de formação escolar básica dos estudantes, abrangendo o ensino fundamental e médio. Entretanto, em experiências mais recentes, observou-se variedade de locais e contextos nos quais a discriminação ocorreu, incluindo a universidade, o ambiente familiar, os espaços públicos, como ruas, ônibus e trânsito, estabelecimentos comerciais, festas e no ambiente de trabalho, corroborando achados da literatura especializada (Baumgarten *et al.*, 2019).

Outra pesquisa, realizada em 2017, por Lemos, com estudantes que adentraram na universidade por meio da Lei de Cotas, evidencia que acadêmicos cotistas raciais tem experiência de discriminação racial maior dentro da instituição. E o estudo mostra o quanto essas experiências de discriminação impactam negativamente na vida desses estudantes, fazendo com que muitos cheguem até mesmo a desistir do curso (Lemos, 2017).

Em estudo desenvolvido por Bastos *et al.* (2010), com alunos de universidades do Rio de Janeiro, com intuito de entender as vivências de discriminação enfrentadas por jovens universitários

e avaliar como isso pode ser utilizado para desenvolver uma escala brasileira de discriminação, mostra como é complexo analisar e interpretar as experiências de discriminação racial vividas por universitários, por isso, não houve acordo sobre a viabilidade de classificar as diversas experiências de discriminação em uma escala de intensidade.

O impacto de situações discriminatórias vivenciadas por estudantes influencia diretamente a permanência desse aluno na universidade, pois muitos desses alunos já têm dificuldade de permanência por fatores financeiros, e quando sofrem racismos, isso aumenta ainda mais as taxas de evasão universitária.

Estudo realizado por Ribeiro e Mendes (2023) mostra que estudos que investigam o racismo na dimensão simbólica e buscam evidenciar as limitações das políticas existentes, representam primeiro passo crucial para formulação de políticas de permanência que atendam às necessidades da comunidade negra, historicamente marginalizada no contexto universitário. Embora agora haja maior inclusão de pessoas negras nas instituições de ensino superior, é fundamental uma mudança na abordagem da permanência estudantil, de modo a evitar que esses estudantes desistam de frequentar a universidade, devido ao racismo estrutural e à inexistência de acolhimento nos ambientes acadêmicos (Ribeiro; Mendes, 2023).

Assim, conforme Fanon (2019), o racismo é igualado a uma ferida social persistente em que a sua eliminação requer uma procura constante por suas subdivisões em todos os âmbitos sociais. Dessa maneira, isso não afeta somente a vida pessoal de cada indivíduo, mas também molda as relações interpessoais e a organização da sociedade como um todo (Fanon, 2019).

Tabela 4: apresentação das respostas a discriminação racial por faixa etária em relação à apresentação da preocupação entre estudantes universitários.

Preocupação	18 ou 19 (N=165)		20 ou 21 (N=188)		22 ou 23 (N=183)		24 ou 25 (N=94)		26 a 30 (N=71)		Mais de 30 (N=48)		χ^2_5	p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
a) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?													12,370	* 0,030
baixa exposição	63	38,2	83	44,1	68	37,2	22	23,4	27	38,0	15	31,3		
alta exposição	102	61,8	105	55,9	115	62,8	72	76,6	44	62,0	33	68,8		
b) No último ano, você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da													3,344	0,647

raça ou cor da pele?												
baixa exposição	52	31,5	66	35,1	53	29,0	25	26,6	19	26,8	14	29,2
alta exposição	113	68,5	122	64,9	130	71,0	69	73,4	52	73,2	34	70,8
c) No último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?												
baixa exposição	77	46,7	97	51,6	75	41,0	38	40,4	32	45,1	16	33,3
alta exposição	88	53,3	91	48,4	108	59,0	56	59,6	39	54,9	32	66,7

* p<0,05

** p<0,01

*** p<0,001

8,104 0,151

A Tabela 4 mostra os resultados sobre a resposta à discriminação racial por faixa etária em relação à preocupação dos estudantes, também com a aplicação do teste Qui-Quadrado. A tabela apresenta três perguntas, sendo elas: a) quando você era criança ou menor adolescente (menor que 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor de pele, b) no último ano, você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?, e c) no último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?, sendo que para cada pergunta, tinham duas respostas: alta exposição e baixa exposição.

Para a primeira pergunta, foi possível verificar que o resultado da faixa etária que mais apresentou alta exposição à preocupação com as pessoas do grupo racial que estavam sendo tratadas injustamente foi na faixa de mais de 30 anos, com 68,8% (34), e a faixa que mais apresentou baixa exposição foi a de 20 ou 21 anos, com 55,9% (105). Na segunda pergunta, a faixa etária que mais mostrou alta exposição à preocupação no último ano se o grupo racial era tratado de forma injusta foi a de 24 ou 25 anos, com 73,4% (69), e a que mais apresentou baixa exposição foi a de 20 ou 21 anos, com 35,1% (66). Na última pergunta, a faixa etária que mais apresentou alta exposição para a preocupação no último ano com as experiências de tratamento injusto por causa da raça ou cor de pele foi a de mais de 30 anos, com 66,7% (32), e a que mais apresentou baixa exposição foi a de 20 ou 21 anos, com 51,6% (97).

Nos ambientes acadêmicos, a consciência da discriminação tem o potencial de prejudicar a motivação dos alunos, impactar o rendimento acadêmico, aumentar as chances de abandono, afetar a autoestima, diminuir a satisfação com a vida, intensificar a ansiedade e promover comportamentos agressivos. Ainda com base no mesmo estudo realizado por Baumgarten *et al.* (2019), com 15 estudantes universitários, os alunos identificaram a presença da discriminação como fenômeno ligado a atitudes que destacaram diferenças em relação aos outros, com base em características específicas

(físicas, comportamentais ou socialmente atribuídas), percebendo essas atitudes como prejudiciais, capazes de causar ofensa, danos e marginalização social para aqueles que são alvo delas.

Isso mostra que os níveis de preocupação com a discriminação racial vêm aumentando consequentemente, de maneira que o assunto vem sendo cada vez mais abordado e mostrado como crime. Não obstante, os resultados deste estudo mostram que cada vez mais os alunos com as idades de 18 a 26 se preocupam com as questões raciais. Assim, de acordo com o passar dos anos e das gerações, são notórias as diferenças de faixa etária e dos níveis de discriminação.

Em estudo elaborado por Martins *et al.* (2018), os intelectuais entrevistados expressaram discurso unânime sobre a mudança em andamento, embora reconheçam que ainda há muito a ser feito para assegurar a representatividade de todas as minorias sociais na universidade. A segregação ainda persiste, mas há esforço notável, especialmente por parte dos profissionais negros/as, para destacar mudança no ambiente universitário, e pode-se perceber que essa preocupação com as questões raciais vai além dos estudantes (Martins *et al.*, 2018).

Em revisão integrativa produzida por Oliveira *et al.* (2021), constatou-se os jovens afrodescendentes são frequentemente privados dos próprios direitos, subjugados, inadequadamente representados e desvalorizados na estrutura social do Brasil. Isso sugere que essa situação tem consequências negativas na saúde mental, emocional e física desses jovens, resultando em estado de estresse persistente, com múltiplos efeitos prejudiciais (Oliveira *et al.*, 2021).

Num outro estudo utilizando a mesma Escala de Experiências de Discriminação Racial com universitários ressaltaram a necessidade urgente de abordar as preocupações relacionadas ao tratamento desigual e à discriminação racial, independentemente do gênero, idade ou raça das pessoas. Ficou evidente que a população negra enfrenta, de forma constante, situações de discriminação racial em diversos contextos, vivências que são também compartilhadas com outros grupos da sociedade (Oliveira *et al.*, 2024).

Tabela 5:apresentação das respostas à discriminação racial por faixa etária em relação à apresentação da queixa policial entre estudantes universitários.

QUEIXA APRESENTADA	18 ou 19 (N=165)		20 ou 21 (N=188)		22 ou 23 (N=183)		24 ou 25 (N=94)		26 a 30 (N=71)		Mais de 30 (N=48)		χ^2_5	p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Alguma vez você prestou queixa por causa de discriminação racial?													3,926	0,560
Não	161	97,6	185	98,4	182	99,5	94	100,	70	98,6	47	97,9		
Sim	4	2,4	3	1,6	1	0,5	0	0,0	1	1,4	1	2,1		

A Tabela 5 revela os resultados acerca da resposta à discriminação racial por faixa etária em relação à apresentação da queixa policial entre estudantes universitários. A tabela foi construída por uma pergunta: alguma vez o estudante prestou queixa por causa de discriminação racial, e as respostas eram “sim” e “não”.

A faixa etária que mais apresentou respostas “sim” para a pergunta foi a de mais de 30 anos, com 2,1% (1), e a que mais apresentou respostas “não” foi a faixa etária de 24 ou 25 anos, com 100% (94) dos estudantes.

Desde a promulgação da Lei 7.716 de 1989, que definiu o crime racial no Brasil, um aspecto mereceu a atenção tanto de ativistas e advogados negros quanto de pesquisadores: a maioria das denúncias de discriminação poderia ser enquadrada nos crimes de injúria ou difamação. O volume significativo de casos de insulto racial foi tão expressivo que, em 1997, sob pressão dos ativistas, os legisladores alteraram o Código Penal Brasileiro (Lei n. 9.459), para que a injúria racial fosse punida com o mesmo rigor dos crimes de cunho racial (Guimarães, 2000).

Pelo fato de ainda existir muito preconceito por parte de policiais, a quantidade de queixas prestadas pelos estudantes é extremamente baixa, de independente faixa etária, pois muitos dos alunos têm medo, sentem-se coagidos e envergonhados e não vão atrás de realizar uma queixa policial (Guimarães, 2004). Desta maneira, esses dados articulam com dados da Tabela 2, em que muitos dos universitários que são tratados injustamente em relação à raça ou cor acabam aceitando esse tratamento como parte da vida.

Assim, a relação entre sistema judiciário e policial com pessoas negras é bastante complicada, pois é notório o preconceito por parte de policiais para com a população negra, dificultando, cada vez mais, aos estudantes que sofrem o crime de racismo, discriminação e/ou injúria racial a não prestarem queixa policial e, assim, não notificarem os casos desse crime e não punirem os perpetradores.

Nesse contexto, outro estudo mostra a discrepância do tratamento em relação à violência com pessoas brancas e negras. Assim, o estudo focalizou a análise de dados referentes aos anos de 2020 e 2021. Em 2020, foram registradas 44.118 vítimas de mortes violentas intencionais, das quais, 6.416 foram resultantes de intervenção policial. Dentro desse grupo, a Polícia Militar foi responsável por 72,7% das mortes. Notavelmente, cerca de 80% das vítimas eram de cor/raça negra, número que ultrapassa a proporção da população negra no país, que corresponde a 56,3% do total (Garcia, 2022).

Dessa forma, considerando o racismo como uma das principais causas de morte e violência em nossa nação, os dados do cotidiano evidenciam como as práticas racistas afetam negativamente a sociedade (Garcia, 2022). Portanto, destaca-se que, o receio de registrar uma queixa na polícia resulta em níveis mais baixos de saúde mental, física e social. Isso se intensifica quando vários eventos

estressantes são percebidos em contextos individuais ou sociais, como ocorre com insultos verbais ou comportamentais, intencionais ou não (Sousa *et al.*, 2022).

Para Brasil et al (2024) combater o racismo exige uma abordagem coletiva e educativa que vá além de eventos comemorativos. A inclusão de estratégias pedagógicas variadas e interdisciplinares no currículo é fundamental para garantir uma educação inclusiva e antirracista. Para isso, é indispensável que os educadores se dediquem à formação contínua, permitindo-lhes reconhecer e respeitar a diversidade cultural, além de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a ancestralidade e a pluralidade.

Deste modo, este estudo contribui para compreender melhor que mesmo com todo o avanço no sistema de cotas e na inserção de negros nas Instituições de Ensino Superior, as taxas de discriminação são altas e pouco vistas, fazendo com que pesquisas nesse contexto sejam cada vez mais realizadas, analisadas e divulgadas, por parte de toda a população. Ademais, a aplicação da Escala de Experiência Discriminação Racial contribui para um resultado mais eficiente e eficaz acerca dessa temática.

Como limitações do estudo, cita-se a dificuldade de adesão por parte dos universitários, quando a pesquisa ocorreu pela divulgação nas redes sociais e dos e-mails, as respostas eram poucas, então os e-mails foram reenviados várias vezes, pois muito alunos relataram saturados de receberem e-mails de pesquisas na época da pandemia da COVID-19. Além disso, o fato de os estudantes responderem por meio dos sistemas acadêmicos, pois muitos não viam que recebiam mensagem no sistema acadêmico.

Outra restrição foi a escassez de pesquisas dedicadas à análise da discriminação racial enfrentada por jovens negros na maioria dos estados brasileiros, juntamente com a limitada quantidade de estudos disponíveis sobre o assunto nas bases de dados. O baixo número de publicações é motivo de preocupação, pois o conhecimento científico desempenha papel crucial na compreensão e análise da complexidade desse fenômeno, além de capacitar o público a promover a igualdade e a dignidade.

4 CONCLUSÃO

Portanto, os resultados deste estudo destacam as diferentes perspectivas acerca da discriminação racial sofrida por estudantes universitários de diferentes idades, refletindo variados padrões de enfrentamento e percepções de tratamento injusto. Os estudantes mais jovens, de 18 ou 19 anos são mais propensos a aceitar tratamento injusto como parte da vida, enquanto os estudantes com mais de 30 anos são mais propensos a sofrer discriminação. Além disso, observou-se que as reações à discriminação racial são influenciadas pela idade e pela compreensão pessoal do fenômeno.

Embora a Lei 12.711 de 2012 tenha ampliado o acesso ao ensino superior para estudantes negros e pardos, os desafios associados à permanência na faculdade, incluindo o impacto do racismo e da desigualdade social, permanecem evidentes. Esses fatores continuam causando uma consequência negativa nas trajetórias acadêmicas e a saúde mental dessa população, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão e ao acolhimento.

Os alunos negros até hoje sofrem com a desigualdade racial, e isso é um fator de evasão universitária, por isso, é importante que mais estudos como este sejam realizados para mostrar a realidade dessa população nas IES, sejam elas públicas ou privadas, e que mesmo com todo avanço e debates sobre essa temática, a discriminação racial com estudantes universitários ainda é muito presente e precisa de muita luta para que um dia ela seja erradicada.

Nesse contexto, é crucial que os debates e a luta contra o racismo sejam ampliados em todos os setores da comunidade. Independentemente da cor da pele, não se pode abster de discutir algo tão fundamental apenas porque não nos afeta diretamente, porque não se está na posição daqueles que sofrem violência racial. É imperativo que mais pessoas brancas se engajem na defesa de causas antirracistas e no combate ao racismo. Afinal, a sociedade reflete as ações de seus indivíduos, e as ações individuais têm o poder de influenciar grupos e comunidades inteiras. O letramento racial é um dos caminhos viáveis para mitigar o racismo ainda velado no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ANCILLOTTI, Caio Gracco Lima; SILVA, Priscilla de Oliveira Martins da. Racismo e construção da carreira: estratégias de enfrentamento adotadas por universitários negros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 43, p. e253492, 2023.

BRASIL, Alex Cruz; DE ASSIS, Isaac Celestino; DE SOUZA, Tiago Zanquêta; WATHIER, Valdoir Pedro. A SOCIOGÊNESE DO RACISMO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: UMA VISÃO CRÍTICA. *ARACÊ*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 3640–3659, 2024. DOI: 10.56238/arev6n2-191. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1011>. Acesso em: 10 feb. 2025

BASTOS, João Luiz et al. Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, p. 28-38, 2010.

BAUMGARTEN, Alexandre et al. Experiências discriminatórias: narrativas de universitários do sul do Brasil. *Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 60, n. 2, p. 20-33, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, 13 jun. 2013.

FANON, Frantz. *Defesa da Revolução Africana*. São Paulo: Ciências Revolucionárias, 2019.

FATTORE, Gisel Lorena et al. Validade de construção da escala Experiences of Discrimination em uma população brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. e00102415, 2016.

GARCIA, Heveline Samara Faria Alves. Racismo estrutural: a seletividade do perfil criminoso como projeto de extermínio da população negra. 2022. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, 2022.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 31-48, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.

LEMOS, Isabele Batista de. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. e227161, 2017.

MARTINS, Zilda et al. Do racismo epistêmico às cotas raciais: a demanda por abertura na universidade. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 122-146, 2018.

MENDES JUNIOR, Alvaro Alberto Ferreira; WALTENBERG, Fábio Domingues. Políticas de cotas não raciais aumentam a admissão de pretos e de pardos na universidade? Planejamento e políticas públicas, Brasília, n. 44, 2022.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. "A cor da minha pele me define": experiências de discriminação racial sofridas por negros. *Gestão e Desenvolvimento*, [S. l.], n. 30, p. 505-23, 2022.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. Discriminação racial de jovens negros no Brasil: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 14, p. e214101422013, 2021.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. Revelando o invisível: as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários. *Revista Educação e Emancipação*, São Luis, v. 17, n. 2, p. 255-275, 2024.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RIBEIRO, Wenderson Silva; MENDES, Maíra Tavares. Racismo estrutural e permanência de estudantes negras/os na universidade. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 45, n. 90, 2023.

SCHULZ, Rosangela; WIENKE, Felipe Franz. O combate à injustiça racial à luz do princípio da igualdade: o caso do sistema de cotas no Brasil. *Revista TOMO*, São Cristóvão, n. 20, p. 87-105, 2012.

SOUSA, Raphaela Campos de et al. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2022.

STROHMEIER, Hannah et al. Racial discrimination within United Nations offices in Geneva: results from an online survey. *PLoS ONE*, São Francisco, v. 19, n. 1, p. e0295715, 2024.

VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira et al. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 29, p. e3007, 2021.

VENÂNCIO, Karina. Impactos do racismo na vivência universitária: a experiência de estudantes negros em uma universidade pública brasileira (2017-2018). 2017-2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas) - Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2018.